



PLANO “LEGADO URBANO RIO-2016”: MEGAEVENTOS E URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Luryan de Moura¹

RESUMO

Para esse artigo, buscamos refletir sobre a relação do Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio-2016 com o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca. Esse documento buscava alinhar a realidade urbana a um padrão considerável a receber os megaeventos Olímpicos, já que para sediá-los foi preciso traçar certos pactos urbanos na tentativa de produzir uma imagem de “cidade ideal”, nacional e internacionalmente. Na teoria, o Morar Carioca apresenta-se como modelo participativo de urbanização de favelas que busca manter a população local na área, respeitando a identidade e morfologia do lugar, porém a investigação aponta contradições e desvios entre o discurso e a prática do programa. Os procedimentos metodológicos estão entendidos em contrastar dados hegemônicos, mídias independentes e entrevistas para comparar aquilo que foi exibido nos documentos e o que foi concretizado na realidade. Os resultados apontam que o legado urbano não foi cumprido e que conceitos como território e lugar discutidos na geografia são importantes para uma crítica a um urbanismo dissociado das demandas da sociedade civil.

Palavras-chave: Megaeventos, urbanização de favelas, legado-urbano.

ABSTRACTO

Para esta investigación buscamos reflexionar sobre la relación del Plan de Legado Urbano y Ambiental Rio-2016 con el Programa Municipal de Integración de Asentamientos Informales Precarios - Morar Carioca. Este documento buscaba alinear la realidad urbana con un estándar considerable para albergar los megaeventos olímpicos, ya que para albergarlos era necesario trazar ciertos pactos urbanos en un intento de producir una imagen de “ciudad ideal”, a nivel nacional e internacional. . En teoría, Morar Carioca se presenta como un modelo participativo de urbanización de barrios marginales que busca mantener a la población local en la zona, respetando la identidad y morfología del lugar, pero la investigación señala contradicciones y desviaciones entre el discurso y la práctica del programa. Los procedimientos metodológicos se entienden para contrastar datos hegemónicos, medios independientes y entrevistas para comparar lo que se mostró en los documentos y lo que se implementó en la realidad. Los resultados muestran que el legado urbano no se cumplió y que conceptos como territorio y lugar discutidos en geografía son importantes para una crítica del urbanismo disociado de las demandas de la sociedad civil.

Palabras clave: megaeventos, urbanización de favelas, legado urbano.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências e Desenvolvimento Regional – UFF - Campos dos Goytacases /RJ. E-mail: lumoura@id.uff.br;

*Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.).



INTRODUÇÃO

As favelas ² não são recentes na realidade brasileira. Estas passaram por períodos de “repressão, tolerância, subordinação e legitimação” (CARDOSO e DENALDI, 2019, p. 9). Estão materializadas no espaço urbano como testemunhas da desigual formação territorial do país.

Para esse artigo, destacamos o contexto dos Megaeventos Esportivos (Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016), período em que o poder público atuou em projetos que modificavam a infraestrutura urbana, onde o Rio de Janeiro se destaca por se tratar da cidade que tem sediado todos os megaeventos esportivos a partir dos Jogos Pan-americanos de 2007.

A afirmação de direitos, como moradia e trabalho, para apenas uma elite fazem parte da história da cidade e resultam numa formação assimétrica e desigual do espaço urbano. (ABREU, 2006). Existem diversas narrativas sobre a gênese desses territórios, que o Estado por muito tempo negligenciou a existência. A Revolta de Canudos, a Guerra do Paraguai, o adensamento das linhas férreas do Império, a transmutação do quilombo à favela, entre outras. (CAMPOS, 2005). Todas essas discorrem sobre inúmeras tentativas de desmantelamento desses lugares.

A história, neste caso, se repete em mecanismos comparáveis de coerção e violência: remoções forçadas, demolições arbitrárias, alterações infraestruturais não participadas, estratégias de segregação e propostas descontextualizadas com as demandas locais. Com o exemplo prático, refletimos sobre o Morar Carioca que até 2020 prometia cumprir seu legado, buscando alinhar a realidade urbana a um padrão considerável a receber os megaeventos Olímpicos. Ou seja, para sediá-los foi preciso traçar certos pactos urbanos na tentativa de produzir uma imagem de “cidade ideal”, nacional e internacionalmente.

² A moradia informal recebeu diversas designações. O termo favela é aqui utilizado por tratar-se de uma pesquisa que valoriza o protagonista social, ou seja, considera as identidades dos sujeitos e como estes denominam seus espaços. A prefeitura Municipal do Rio de Janeiro utiliza o conceito de Assentamentos Precários, enquanto o IBGE (2010), Aglomerados Subnormais.



Na esteira dos Megaeventos embutiram novas mudanças no tecido urbano, justificadas como melhorias na mobilidade urbana, como a implantação do VLT (Veículos Leve sobre Trilhos) e sistemas BRT (*Bus Rapid Transit*), além de projetos de segurança pública como o das Unidades de Polícia Pacificadora³ e todas as demais estruturas olímpicas: que em outras pesquisas apontam grandes impactos em termos de moradia.

Como parte desse Plano, que não se limita a essa intervenção, destacamos o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários - Morar Carioca, que em seu Decreto Municipal se justifica por proporcionar melhores condições de vida à população local. Na teoria, apresenta-se como modelo participativo de urbanização que busca manter a população local na área, respeitando a identidade e morfologia do lugar, porém a investigação aponta contradições e desvios entre o discurso e a prática do programa.

O Decreto Municipal aponta diversas intervenções na teoria, que não garantem aos moradores locais uma condição de “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2006), visto que o urbanismo ainda está a serviço de padrões internacionais de planejamento.⁴ A pesquisa iniciada em 2021, portanto, em fase inicial, identifica como uma dessas intervenções a construção do teleférico do Morro da Providência, mais antiga favela

³ UPP: Unidades de Polícia Pacificadora. Link direciona ao site da Prefeitura Municipal do Rio, acesso em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudosocial?id=4677454>>. Acesso, 01/06/2021.

⁴ Segue as Diretrizes do Programa Morar Carioca: I) Implantar infraestrutura urbana e equipamentos públicos em assentamentos consolidados. II - Produção de unidades habitacionais dentro ou no entorno da área dos assentamentos; III - Eliminação das áreas de risco com o reassentamento dos moradores; IV - Regularização urbanística e fundiária de todos os assentamentos urbanizados; V - Implementação de programa de monitoramento e controle da expansão de ocupações irregulares; VI - Elaboração de subsídios para o reconhecimento dos logradouros inseridos nos assentamentos do programa, em apoio às atividades do Posto de Orientação Urbanística e Social – POUSSO; VII - Acompanhamento dos programas de financiamento, tais como o PROAP - 3 e outros com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesses Social ou de outras fontes, de acordo com as ações definidas no Regulamento Operacional, e que venham a compor os recursos do Morar Carioca.



carioca, obra cuja realização custou a remoção de várias moradias em diferentes pontos da Providência⁵.

Sendo assim, buscamos apreender se o “Morar Carioca” cumpriu sua proposta de participação da sociedade civil nas decisões de moradia popular como parte do Legado Urbano das Olimpíadas de 2016. A partir da análise crítica da aplicabilidade do programa, propomos refletir a partir da geografia sobre: 1) A efetivação, ou não, de um Legado Urbano e Social; e 2) Espacialidade x População local x. Prefeitura Municipal.

APORTE TEÓRICO

Para este trabalho destacamos o material produzido por/para a população local atingida (protagonistas). O protagonista social é aquele que luta diariamente para reafirmar sua existência, é aquele que precisa traçar estratégias de ação mediante aos ataques de direitos pelo estado. A pesquisa está vinculada a um referencial bibliográfico sobre “remoções e Megaeventos Esportivos”. (FAULHABER, 2015; RAMOS, 2019).

Contamos também com as produções do Dossiê “Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa” (2018) e versões de 2010 a 2014 dos “Comitês Populares da Copa” (*OBSERVETÓRIO DAS METRÓPOLES*) referências que articulam uma ampla rede entre pesquisadores, universidades, atingidos e a sociedade.

Destacamos a espacialidade, pelo fato do espaço ser para Santos (2002) objeto de estudo da geografia e assim podemos traçar os desvios da concretização de um projeto de urbanização de favelas. Para isto, optamos pela articulação de campos entre a Geografia Histórica e Geografia Urbana, também considerando autores que não são geógrafos por formação, mas que destacam a espacialidade conflituosa do espaço urbano.

Ressaltamos as contribuições de Henri Lefebvre ao propor a concretização de um direito à cidade como um “direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFEVBRE, 1991, p. 118), numa crítica a um urbanismo puramente racional e que

⁵ Ver em reportagem do Rio on watch. < <https://rioonwatch.org.br/?p=11751>>. Acesso dia: 04/06/2021.



ignora as demandas de um território construído a partir da população local. O sociólogo e pesquisador Carlos Bernardo Vainer (VAINER, 1999; 2001) do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) também colabora na compreensão de um padrão tecnocrático de Planejamento estratégico submetendo a cidade à condição de mercadoria.

Em *Mudar a cidade*, Souza (2002) problematiza que o planejamento urbano é instrumento do Estado para reproduzir o status quo. Tudo isso nos permite pensar nas escalas do planejamento. Nossa pesquisa aponta um problema: a escala nanoterritorial da convivência, daquilo que não podemos pagar com dinheiro, dos laços afetivos, não dialoga, majoritariamente, com a escala do planejamento urbano que ainda se limita ao “sobrevoo” (SOUZA, 2013, p. 179).

A Geografia Histórica de Abreu (2006) retrata a indissociável relação espaço x tempo e a espacialidade conflituosa Rio de Janeiro resultante de outros contextos históricos, já que cada tempo configura uma determinada espacialidade. Por isso, não precisaríamos tratar um passado remoto ou distante para englobar a história nos estudos geográficos. Uma periodização definida por uma conjuntura específica seria importante para compreender o conflito social que queremos abordar.

A Geografia Histórica seria importante para recortar um determinado tempo para compreender a espacialidade desse conflito social.

A Geografia Histórica, nessa perspectiva, é um campo de pesquisa caracterizado, fundamentalmente, não pelo estudo do passado, mas sim pela clara e explícita articulação espaço-tempo na análise dos processos sociais, nas quais as espacialidades de períodos históricos pretéritos são privilegiadas pelas pesquisas. (RODRIGUES, 2015, p. 245)

Por conta disso, sabemos que não é a recente a tentativa de urbanização de favelas no Brasil e no Rio de Janeiro. Sendo assim, colocamos em evidência os principais conceitos discutidos na geografia neste trabalho, os conceitos de lugar e território através da inter-relação de sua apropriação pelo Estado e pela população diretamente afetada pelas obras.

A relação entre a Secretaria Municipal de Habitação e a população “contemplada” pelo projeto Morar Carioca põe relevo às relações de poder verticais impostas pelo Estado sobre aquelas que coexistem, as relações subjetivas de pertencimento dos moradores. Esse referencial teórico pretende indicar as contradições



entre um projeto e sua prática, colocando em debate a perversidade do Estado que utiliza a favela como massa de manobra para perpetuação do poder, desconsiderando a população territorializada antes do projeto e suas demandas mais íntimas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa estão divididos em três partes:

- 1) Análise e sistematização de dados oficiais produzidos pelo poder público, sendo eles: o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, os Decretos de lei urbana, o Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio - 2016 e outros documentos oficiais que tratem de impactos na moradia.
- 2) Levantamento em mídias não-hegemônicas (Jornais eletrônicos, sites e blogs), como o “Rio on Watch”⁶, o Observatório de Favelas, a Voz das Comunidades⁷, que colocam em relevo às violações e verdadeiras demandas da população.
- 3) Entrevista com uma liderança da Associação de Moradores do Morro da Providência. A partir disso, pretendemos identificar a concretização, ou não, de um legado urbano e social e seus possíveis ganhos em termos de atenção às demandas da população local.

Essas etapas são importantes para interpretar os dados, a entrevista é um procedimento importante que dialoga com o jornalismo independente e anti-

⁶ Foi criada em 2010 pela “Comunidades catalisadoras”, ONG que dá voz à moradores de favelas no Rio de Janeiro. Esse projeto foi idealizado para dar visibilidade internacional às pautas da favela no contexto dos Megaeventos esportivos, já que estes eram catalisadores de conflitos por moradia, trabalho, “ambientais”. Ver em: <https://rioonwatch.org.br/?page_id=2>. Acesso dia: 03/06/2021.

⁷ Voz das Comunidades é um jornal comunitário independente do Rio de Janeiro. Foi criado em 2005, no Morro do Adeus, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio.



hegemônico. As fotografias e vídeos também compartilhados pelo morador colocam em evidência todos os problemas reais vividos pela implementação do Programa na localidade do Morro da Providência que se contrastam ao projeto fornecido pelas mídias (sites da prefeitura municipal, *facebook* do Prefeito idealizador do programa, SMH - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, etc.)

É importante que desloquemos o olhar para um conhecimento a partir dos protagonistas que vivem o conflito social, isso explicaria, ao longo da pesquisa, relacionar diferentes origens de fontes que abordavam o Programa Morar Carioca, porém valorizando o conhecimento independente, anti-hegemônico.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

O presente trabalho parte de um projeto de dissertação em fase inicial. Nessa fase preliminar da pesquisa ainda sofremos com as restrições impostas pela pandemia que limitam visitas a campo e busca ativa de dados em órgãos públicos, de modo que ficamos restritos a contatos telefônicos e via internet para acesso aos dados, fontes documentais e interlocutores locais.

Além desses obstáculos, ainda esbarramos em canais online de informação da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em que as informações não se mostram transparentes quanto aos custos, prazos, abrangência e andamento das obras.

A leitura e sistematização de reportagens sobre o Morar Cariocas em jornais independentes como o Rio on Watch e Observatório de Favelas direcionaram à conflituosa relação do Morro da Providência com o Morar Carioca. Nesse sentido, coloca-se em questão quais intervenções específicas do Morar Carioca foram concretizadas nessa localidade?

Os conceitos fundamentais à geografia de território e lugar (debatidos também em outros campos científicos) podem ser elementos chaves para pensar uma crítica a um planejamento urbano desconectado da realidade local. Isso acontece devido ao período em que vivemos em que os lugares e suas singularidades são substituídos por um padrão único global. (RIBEIRO, 2004).



Para essa pesquisa destacamos as contribuições de Souza (1995) que o território é delimitado a partir e por relações de poder e constitui-se como espacialização das relações de poder, sendo um campo de forças, onde a dimensão essencial a esse conceito é: “Quem domina quem?” Ou seja, há duas concepções que se conflitam e não se limitam a mesma extensão na aplicação do Morar Carioca. Essa dimensão do poder também irá influenciar as identidades sócio-espaciais, no sentimento de pertencimento de determinado espaço.

“Na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver que as identidades sócio-espaciais se associam, sempre, relações de poder especializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida. (SOUZA, 2013).

A entrevista e o jornalismo independente indicam a construção de um Teleférico no Morro da Providência, que não funcionou por muito tempo devido a conflitos administrativos e locais. Os moradores se acostumaram com o objeto construído pelo projeto, já que possibilitava um melhor fluxo dos moradores das partes mais altas às partes mais baixas do Morro, e até mesmo o descarte de lixo das localidades mais distantes, já que a coleta não atinge todas as localidades.

Sendo assim, podemos pensar que territórios criados podem gerar novos sentimentos de lugar (Souza, 2013), já que em relato, o morador traduziu a escala nanoterritorial dos moradores, apontando que o teleférico construído extinguiu uma antiga quadra esportiva, local que antes abrigava festas e reunião dos moradores. Essa quadra era um dos únicos espaços de lazer e confraternização do Morro da Providência.

Ou seja, atualmente os moradores estão sem a praça, local de confraternização e troca de solidariedade e também sem o Teleférico. Nota-se que pouco da teoria foi de fato construída, porém existiram construções monumentais que ultrapassam as necessidades da população. Por um lado, existe a tentativa de uma planificação de um espaço, mas o território, sendo dimensão espacial das relações sociais legitima a favela. O planejamento urbano apoiou-se num discurso participativo para concretizar projetos urbanos que promovem a gentrificação ou até mesmo a expulsão direta da população.

Duas concepções de território são discutidas: A como a população local entende seu espaço e como o estado se apropria disso. Por isso, o projeto foi implantado com



muita discussão da população local, que exigiu do poder público satisfações sobre o mesmo.

Diferente da proposta participativa do programa, o entrevistado compartilha de inúmeros vídeos e fotos ao qual registram sua presença atuante nas discussões entre o poder público e a população local, que não foi construído pela população, mas sim apresentado à população de forma imposta. Para desenvolver a pesquisa foi preciso enfatizar a relação conflituosa entre o poder público e a população local e o impacto desta no território/lugar, categorias básicas para o aporte teórico desse trabalho.



Figura 1 - Fotografia registrada pelo Mídia Ninja na inauguração do Teleférico do Morro da Providência.

Fonte: Jornalismo Mídia Ninja, 2014.

Além do teleférico, outra intervenção foi identificada: A construção de três conjuntos habitacionais, que abrigariam moradores removidos de uma ocupação num antigo prédio de aproximadamente 40 moradores na rua Ladeira do Farias. O antigo prédio encontra-se na parte superior do morro, enquanto os conjuntos habitacionais seriam construídos na parte baixa do morro. Fotografias indicam rachaduras e vazamentos que preocupam os moradores de que possa acontecer o pior.

Devido o estágio de diálogo e construção da dissertação, as fotografias não serão exibidas neste trabalho, visto que é preciso estabelecer uma relação de verdadeira



confiança entre o pesquisador e protagonista social, para que o sujeito não seja mais uma vez negligenciado. Além disso, o Morar Carioca abrangeu diversas favelas que em outros trabalhos serão investigadas, tais como: as Comunidades do Complexo do Alemão e Complexo da Penha, o Morro da Babilônia na Zona Sul e favelas na região da Barra da Tijuca.

O referencial teórico da Geografia serviu para que buscássemos dados mais próximos à realidade, de forma que o conhecimento hegemônico não ultrapassasse a realidade da população local. Destacamos assim, o discurso do “legado social” e urbano dos Megaeventos esportivos (e projetos que estavam na esteira desse contexto), como parte do marketing hegemônico que objetiva a mercantilização dos espaços públicos e intervenção sobre espaços privados da cidade com vistas à acumulação para determinados grupos de atores.

As considerações dos protagonistas sociais são essenciais a esta pesquisa, já que permite retratar a realidade vivida pela população para compreender a espacialidade de conflitos sociais.

Considerações Finais

A partir da breve discussão sobre território e poder, podemos refletir que os moradores estão numa condição precária na simetria desse poder, possuem pouca margem de autonomia para habitar ou para permanecerem no seu espaço identitário. As relações “nanoterritoriais” (SOUZA, 2013) não foram levadas em conta, muito menos priorizadas no planejamento das cidades da Copa ou dos Jogos Olímpicos.

Por isso, um determinado modelo de sociedade baseado em hierarquias e meritocracias, refletem em como o espaço estará dividido, sempre segregando a população subalterna como um próprio reflexo do capitalismo. Por isso, é preciso investigar programas que melhoram as condições de vida da população local em projetos de urbanização.

Os megaeventos são expressões de uma cidade mercadoria submetida a um “marketing urbano”. Nessa perspectiva, as questões que nos interessam referem-se às lutas engendradas pela classe trabalhadora para se apropriar do espaço urbano,



redemocratizando o planejamento e a gestão, recolocando o sentido de viver, trabalhar e circular na cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil** (Dossiê da Copa), 2018.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”** no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, D. G, et al. **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

IBGE. **Censo de 2010: Tipologias do território**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **As barricadas do hiperpreariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. As remoções no contexto dos megaeventos esportivos e a dinâmica da produção (conflituosa) do espaço urbano brasileiro. In SANTOS, Erika Vanessa M. [et al.] (orgs.). **Território, economia urbana e conflitos territoriais**. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. **Cadernos PPG-AU/ FAUFBA**. Salvador, Ano 2, nº Especial, p. 97-107, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre: PROPUR – UFRGS, 1999.

_____. **Os liberais também fazem planejamento urbano?** In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000.